

## ALFABETIZAÇÃO: AÇÕES POLÍTICAS COM O FOCO NA RECUPERAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DE APRENDIZAGENS

*Adriana Cavalcanti dos Santos\**, *Andreza Sibelly Soares Mendes\*\**,  
*Vivian Souza Lima\*\*\**, *Gabriela do Nascimento Lopes Pessoa\*\*\*\**

### RESUMO

Este artigo define por objetivo analisar as intervenções políticas para recomposição das aprendizagens das crianças do ciclo de alfabetização no estado de Alagoas. Para isso, mediante abordagem qualitativa de natureza documental, fizemos uso da análise do discurso das políticas implementadas em Alagoas, da qual emergiram problematizações a partir das seguintes categorias de análise: recomposição de aprendizagem; ações políticas para a recuperação e recomposição das aprendizagens em Alagoas. Os resultados mostram que as ações políticas implementadas em Alagoas e indicadas nesta pesquisa se ancoram em ideologias e no contexto de influência das políticas educacionais atuais, que são emolduradas a partir do modelo de sociedade que se pretende construir e/ou perpetuar, a partir de uma lógica capitalista, de modo que, embora o discurso das políticas aponte para uma “preocupação” com a formação dos professores alfabetizadores e do processo de alfabetização das crianças, ao se alinhar à esfera privada do ponto de vista da sua operacionalização, alinha-se ao modelo empresarial, que se distancia da perspectiva do direito à alfabetização.

**Palavras-chave:** alfabetização; políticas educacionais; recomposição de aprendizagens.

---

\* Pós-doutora em Ciências da Educação pela Universidade do Porto (Portugal). Professora Associada do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4556-282X>. Correio eletrônico: [adricavalcanty@hotmail.com](mailto:adricavalcanty@hotmail.com).

\*\* Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6356-176X>. Correio eletrônico: [andrezasibelly@gmail.com](mailto:andrezasibelly@gmail.com).

\*\*\* Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Professora da Secretaria Municipal de Educação de Maceió (SEMED). ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-3266-4183>. Correio eletrônico: [viviansouza18@gmail.com](mailto:viviansouza18@gmail.com).

\*\*\*\* Mestranda em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Professora da Secretaria de Estado da Educação de Alagoas (SEDUC). ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-7821-8244>. Correio eletrônico: [gabriela\\_pessoa22@hotmail.com](mailto:gabriela_pessoa22@hotmail.com).

## **LITERACY: POLITICAL ACTIONS FOCUSED ON RECOVERING AND RECOMPOSITION LEARNING**

### **ABSTRACT**

*The aim of this article is to analyze policy interventions to recover learning of the literacy cycle among children in the state of Alagoas. To this end, we made use of a documentary nature qualitative approach in the discourse analysis of the problematizations in educational policies implemented in Alagoas based on the following categories of analysis: recomposition of learning; political actions for the recovery and recomposition of learning in Alagoas. The results show us that the political actions implemented in Alagoas and indicated in this research are anchored in ideologies and in the context of the influence of current educational policies, which are framed based on the model of society that is intended to be built and/or perpetuated, the capitalist logic. Such logic, although the discourse of the policies points to a "concern" with the training of literacy teachers and the literacy process of children, results in aligning itself with the private sphere from the point of view of its operationalization, because it reproduces the business model, which is distant from the perspective of the right to literacy.*

**Keywords:** literacy; educational policies; recomposition of learning.

## **ALFABETIZACIÓN: ACCIONES POLÍTICAS CON ENFOQUE EN RECUPERACIÓN Y RECOMPOSICIÓN DE APRENDIZAJES**

### **RESUMEN**

*Este artículo tiene como objetivo analizar las intervenciones políticas para restaurar los aprendizajes de los niños en el ciclo de alfabetización en el estado de Alagoas. Para ello, a través de un abordaje cualitativo de carácter documental, a partir del análisis del discurso de las políticas implementadas en Alagoas, surgieron problematizaciones a partir de las categorías de análisis: recomposición de Aprendizajes; Acciones políticas para la recuperación y recomposición del aprendizaje en Alagoas. Los resultados muestran que las acciones políticas implementadas en Alagoas e indicadas en esta investigación están ancladas en las ideologías y el contexto de influencia de las políticas educativas actuales, que se enmarcan en función del modelo de sociedad que se pretende construir y/o perpetuar, a*

*partir del en una lógica capitalista, de modo que, si bien el discurso político apunta a una “preocupación” por la formación de alfabetizadores y el proceso de alfabetización de los niños, al alinearse con la esfera privada desde el punto de vista de su operacionalización, se alinea con la modelo de negocio, que se distancia de la perspectiva del derecho a la alfabetización.*

**Palabras clave:** alfabetización; políticas educativas; recomposición del aprendizaje.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo analisar as intervenções políticas para recomposição das aprendizagens das crianças do ciclo de alfabetização no estado de Alagoas, por consequência da paralisação das atividades escolares presenciais e adoção do modelo de Ensino Remoto Emergencial (ERE) no cronotopo da covid-19.

Trata-se de um recorte dos resultados do *Projeto Alfabetização: estudo, pesquisa e análise das ações políticas e das estratégias didáticas para recuperação das aprendizagens em Alagoas* (Santos, 2022), financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa em Alagoas (FAPEAL)<sup>1</sup>. Este projeto definiu por finalidade compreender o impacto da pandemia na aprendizagem da língua escrita, tratando especificamente da análise de ações políticas voltadas para a alfabetização no estado de Alagoas, tendo em conta que a pandemia da covid-19 impossibilitou, em muitos contextos, a consolidação do processo de aprendizagem da língua escrita, especialmente das crianças dos anos iniciais do ensino fundamental.

O baixo desempenho das crianças em Alagoas pode ser observado em avaliações nacionais, a exemplo do resultado do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB), referente ao ano de 2021, em que o estado obteve média de 713,6 na escala de proficiência em Língua Portuguesa, abaixo da média nacional, que foi de 725,9 (Brasil, 2023). Esses resultados demonstram que desenvolver o processo de aprendizagem da escrita e leitura na pandemia tornou-se um desafio, visto que muitas crianças em escolas públicas brasileiras não tinham condições tecnológicas e suporte dos pais para participar das aulas *on-line* (Santos *et al.*, 2023).

---

<sup>1</sup> Edital FAPEAL n.º 003/2022 – Auxílio à pesquisa - humanidades, ciências humanas; ciências sociais e aplicadas; linguística, letras e artes.

Os resultados da pesquisa *Alfabetiza Brasil* (Brasil, 2023), referente às pontuações obtidas na prova do SAEB de 2019 e 2021, indicam que, no estado de Alagoas, houve uma diminuição no número de crianças que estavam entre os níveis “acima de 5”, isto é, identifica-se uma queda no desempenho referente à leitura e à escrita dos estudantes do segundo ano do ensino fundamental. Nesse contexto, no ano de 2019, o percentual de crianças que estavam entre os níveis “acima de 5”<sup>2</sup> foi de 15,4% para 15,2% em 2021.

O impacto do ERE na aprendizagem das crianças indica também um aumento significativo no que se refere aos baixos desempenhos no componente curricular de Língua Portuguesa. Segundo os dados do SAEB de 2021, os alunos que estavam entre os níveis “abaixo de 1 e 2”<sup>3</sup> passaram de 15,5% em 2019 para 33,8% durante o período do ensino remoto em 2021.

Diante do exposto, este texto está organizado em três momentos. Inicialmente, apresenta-se a metodologia da pesquisa de natureza qualitativa. Em seguida, no que se refere à fundamentação teórica, discorre-se sobre o conceito de alfabetização, utilizando as autoras: Colello (2021) e Soares (2021), referentes à reflexão sobre a recomposição de aprendizagem. Na continuidade, são expostos os resultados e as discussões da análise das ações: Escola 10 - Criança Alfabetizada (Alagoas, 2020); Alfabetiza Maceió (Maceió, 2021); Conquista Maceió (Maceió, 2022); e Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Brasil, 2023). Por fim, são apresentadas as considerações finais.

---

<sup>2</sup> **Competências do nível 5:** “Localizar informação explícita no final de texto muito curto; Escrever palavras trissílabas com sílabas canônica e não canônicas, com correspondência regulares diretas entre letras e fonemas, a partir de ditado; Escrever um texto adequado ao propósito comunicativo de convidar. O texto pode ter apresentado desvio ortográfico, comprometendo ou não a sua compreensão, ou desvios de segmentação”.

<sup>3</sup> **Competências do “nível abaixo de 1”:** “Não dominam qualquer uma das habilidades que compuseram o primeiro conjunto de testes para essa área e etapa escolar”. **Competências do nível 1:** “Relacionar sons consonantais com regularidades diretas aos seus registros escritos em início de palavra ditada; Relacionar o som de sílaba inicial de palavra dissílaba ou de sílaba intermediária de palavra trissílaba, com estrutura silábica canônica — ou com estrutura silábica canônica e não canônica —, a seu registro gráfico, a partir de palavra ditada; Ler palavras dissílabas, com sílabas canônicas, ou com sílabas canônicas e não canônicas, a partir de palavra ditada, com apoio de imagem; Ler palavras trissílabas com sílabas canônicas, a partir de palavra ditada, com apoio de imagem”. **Competências do nível 2:** “Relacionar sons consonantais com regularidades contextuais aos seus registros escritos em início de palavra ditada; Ler palavras trissílabas com sílabas canônicas e não canônicas, a partir de palavra ditada, com apoio de imagem; Ler palavras polissílabas com sílabas canônicas, ou com sílabas canônicas e não canônicas, a partir de palavras ditadas, com apoio de imagem”.

## 2 MATERIAIS E MÉTODOS

Com o propósito de compreender quais foram as ações políticas pensadas para a recomposição/recuperação das aprendizagens no estado de Alagoas, utilizou-se como metodologia a pesquisa de cunho qualitativo (Minayo, 2007), compreendendo que esse método “[...] não é uma mera classificação de opinião dos informantes, é muito mais. É a descoberta de seus códigos sociais a partir das falas, símbolos e observações” (Minayo, 2007, p. 27).

A coleta de dados foi desenvolvida através de busca por documentos e legislações oficiais, como as seguintes: leis, portarias e decretos, instituídos a partir do ano de 2020, para a realização de análise das políticas voltadas à recomposição de aprendizagem em Alagoas. Do *corpus* selecionado, foram analisados os objetivos e eixos das seguintes ações políticas em Alagoas: Escola 10 - Criança Alfabetizada (Alagoas, 2020), Alfabetiza Maceió (Maceió, 2021) e Conquista Maceió (Maceió, 2022). O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Brasil, 2023), embora não seja objeto de investigação deste trabalho, é elucidado neste texto considerando o seu desdobramento e fomento de ações políticas nos estados e municípios da federação.

No que se refere à etapa da análise e tratamento do material empírico e documental, esta se deu por meio da técnica de análise de conteúdo, realizada em três fases: (1) pré-análise; (2) exploração dos materiais; e, por fim, (3) tratamento, interpretação e a classificação (Bardin, 2009). Desta análise, emergiram as seguintes categorias: políticas públicas, políticas educacionais, recomposição, recuperação e alfabetização.

5

## 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 3.1 Políticas educacionais e alfabetização

O termo *políticas públicas* pode ser entendido enquanto “[...] processo de uma atitude consolidada ou da construção de uma atividade que se volta ao social” (Duarte *et al.*, 2022, p. 119). Dessa forma, a instituição de políticas públicas pode ser percebida como um dos principais caminhos para a implementação de propostas e intervenções que possam beneficiar a sociedade, a partir da necessidade ou de um problema político apresentado em determinado espaço. Segundo Smarjassi *et al.* (2021, p. 1), as políticas educacionais

[...] consistem em programas ou ações elaboradas em âmbito governativo que auxiliam na efetivação dos direitos previstos na Constituição Federal; um dos seus objetivos é colocar em prática medidas que garantam o acesso à Educação para todos os cidadãos.

As políticas voltadas para a melhoria dos processos de alfabetização no Brasil, enquanto um direito subjetivo de crianças, têm sido demarcadas mais especificamente no início do século XIX (Galvão, 2023; Santos, 2019). Essas políticas que se voltam para a formação do professor alfabetizador indicam um projeto de nação (Mortatti, 2019), além de defender uma concepção de alfabetização, de sujeito cognoscente e ensino da língua escrita.

Colello (2021, p. 20), ao discutir acerca da função da alfabetização, defende que a apropriação da língua escrita, “[...] além da inserção na esfera social e da consequente geração da consciência, a língua garante o direito à palavra que singulariza o homem pela possibilidade de assumir posturas ou papéis sociais”. Portanto, compreende-se o quão imprescindível é que a criança, durante a sua escolarização, seja alfabetizada de forma significativa e com o devido suporte e apoio, pois a consolidação desse processo se torna uma parte importante para a construção social do sujeito, bem como contribui para uma participação crítica e transformadora na sociedade.

Para além de apenas considerar o processo de alfabetização para a consolidação da leitura e escrita, torna-se imprescindível compreender a sua indissociabilidade com o processo de letramento. Para Soares (2021, p. 27), o letramento pode ser entendido como as “[...] capacidades de uso da escrita para inserir-se nas práticas sociais e pessoais que envolvem a língua escrita”; portanto, ambos os processos, alfabetização e letramento, devem acontecer simultaneamente a partir das vivências de práticas reais de uso da escrita.

Na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2021), documento este que embasa algumas políticas analisadas nesta pesquisa, a concepção de Língua Portuguesa é apresentada tendo como base diversos documentos e orientações curriculares elaboradas nas últimas décadas.

A concepção de Língua Portuguesa é entendida na BNCC em uma “[...] perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem” (Brasil, 2021, p. 67). Nessa perspectiva, o texto torna-se o foco central, o qual se articula com os contextos de produção, incentivando o uso social da língua escrita por meio de atividades voltadas para a leitura, escrita e produção textual. Em um olhar inicial, observa-se uma articulação entre os principais estudos sobre alfabetização no contexto brasileiro e a concepção presente no principal documento norteador curricular para a educação do país. No entanto, questiona-se o seguinte: no contexto de influência isso está realmente refletido?

### 3.2 Recomposição de aprendizagem: concepção e implicações

Com o retorno presencial, ficou evidente que as crianças não desenvolveram as habilidades e conhecimentos necessários para serem consideradas alfabetizadas. Nesse cenário, emergiu a necessidade de se pensar que ações e intervenções foram propostas para garantir a recomposição das aprendizagens.

O termo recomposição da aprendizagem (Damasceno *et al.*, 2022) surge a partir da necessidade de repensar o processo de aprendizagem tendo como perspectiva o impacto do ERE, considerando que as crianças, durante a pandemia da covid-19, não tiveram recursos e suporte para participar das aulas *on-line*, ocasionando um baixo desempenho de aprendizagem, especialmente no processo de alfabetização.

Segundo os autores, “o termo ganhou destaque, após a compreensão de que não estamos recuperando, já que muitos alunos sequer tiveram a oportunidade de aprender durante o isolamento social, mas sim de recompor a aprendizagem” (Damasceno *et al.*, 2022, p. 7). Isso implica entender que o processo de recomposição de aprendizagem durante o período pós-pandemia se configurou como indispensável para se pensar o planejamento das ações docentes em prol da alfabetização.

Após o retorno presencial pós-pandemia, a Secretaria Municipal de Maceió (SEMED) disponibilizou para as unidades escolares o documento intitulado *Caderno de orientações para o ano letivo de 2021*, no qual constam orientações para o retorno presencial, definindo o cronograma e as ações a serem propostas para o ano letivo de 2021. Esse caderno apresenta uma conceitualização do termo “recomposição de aprendizagem”.

Segundo a SEMED, o objetivo da recomposição de aprendizagem, especificamente no ensino fundamental, “[...] é otimizar os processos educacionais e programas que favoreçam o desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes, bem como, dar o apoio necessário às equipes pedagógicas para tal fim” (Maceió, 2021, p. 23). Dessa forma, para a recomposição das aprendizagens é fundamental compreender a necessidade de realizar ações diagnósticas, planejamento de ações políticas e atendimento de apoio pedagógico aos alunos que passaram pelo ensino remoto e que não tiveram um progresso significativo.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES: AÇÕES POLÍTICAS PARA A RECUPERAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DAS APRENDIZAGENS EM ALAGOAS**

Tendo como objetivo compreender o contexto de influência que antecedeu a criação das políticas educacionais que foram instituídas para a recomposição das aprendizagens e que foram elaboradas durante o período pós-pandemia, destaca-se que o contexto de influência para essas ações educacionais surge a partir da necessidade de pensar em propostas políticas voltadas para o cenário de retorno presencial de algumas instituições escolares, que estavam se reorganizando para implementar a volta das atividades, tendo como perspectiva a melhoria do desempenho dos alunos no pós-pandemia.

Em Alagoas, estão sendo propostas ações políticas com o propósito de garantir a recuperação das aprendizagens pelas crianças do ciclo de alfabetização. Segundo o Ministério de Educação (Brasil, 2023), 22% dos municípios alagoanos possuem alguma política pública voltada para a alfabetização, tendo como perspectiva o retorno presencial, pós-pandemia, e “[...] dos 60 municípios do estado, 93% declararam desenvolver ações de recomposição da aprendizagem, com foco na alfabetização, para estudantes do 3.º ao 5.º ano do EF, e 25% declararam não realizar tais ações” (Brasil, 2023, p. 1). Com base nessa proposição, põe-se, neste texto, a análise das ações políticas: Escola 10 - Criança Alfabetizada (Alagoas, 2021), Alfabetiza Maceió (Maceió, 2021), Conquista Maceió (Maceió, 2022) e Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Brasil, 2023).

8

### **4.1 Escola 10 – Criança Alfabetizada**

O Programa Escola 10 - Criança Alfabetizada (Alagoas, 2020) apresenta objetivo e eixos estruturantes que indicam as intencionalidades da ação, conforme pode ser observado no Quadro 1:



Quadro 1 – Escola 10 – Criança Alfabetizada

<b>Ação política</b>	Escola 10 - Criança Alfabetizada
<b>Legislação</b>	Portaria de n.º 46 (Alagoas, 2021)
<b>Objetivo</b>	Garantir a alfabetização de crianças de até 7 (sete) anos de idade das redes públicas de ensino e fortalecer o regime de colaboração com os municípios do estado de Alagoas.
<b>Eixos</b>	I - Formação de professores; II - Formação de gestores escolares; III - Oferta de materiais complementares para todos os alunos de 1.º e 2.º anos do ensino fundamental da rede pública de ensino do estado; IV - Oferta de materiais complementares para formações e práticas pedagógicas dos professores da rede pública de ensino do estado; V - Qualificação da avaliação e monitoramento de resultados educacionais; VI - Premiação das escolas com os melhores resultados; VII - Apoio para melhoria das escolas com os menores resultados; VIII - Fortalecimento da gestão escolar.

Fonte: elaborado pelas autoras.

A primeira ação que surge voltada para a recomposição de aprendizagens em Alagoas, levando em conta o período pós-pandêmico, refere-se à Portaria de n.º 46, instituída em 2021 e intitulada: Criança Alfabetizada - Escola 10. Essa proposta surge ainda durante o período de início do pós-pandemia. Torna-se importante destacar que o Programa Escola 10 subdivide-se nas ações: Vem que Dá Tempo, Cartão Escola 10 e Criança Alfabetizada.

A ação Criança Alfabetizada possui como objetivo, segundo o decreto que oficializa a proposta, “alfabetizar de forma efetiva e na idade certa crianças do 1.º e 2.º ano do Ensino Fundamental” (Alagoas, 2021); portanto, esta proposta visa garantir a alfabetização de crianças nas redes de ensino de todo o estado de Alagoas, incluindo a capital, Maceió.

O objetivo traçado pela ação está alinhado e apresenta uma concordância com o que propõe a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), instituída em 2018, ao definir que “[...] embora, desde que nasce e na Educação infantil, a criança esteja cercada e participe de diferentes práticas letradas, é nos anos iniciais (1.º e 2.º anos) do Ensino Fundamental que se espera que ela se alfabetize” (Brasil, 2018, p. 82), entendendo que o processo de alfabetização é para além de apenas um processo de codificar e decodificar, tornando-se necessário pensar na alfabetização por uma perspectiva que vise contribuir para a participação social, a partir da leitura e escrita.

Para o cumprimento do referido objetivo da ação, isto é, alfabetizar as crianças no 1.º e 2.º ano, propõem-se, na Portaria n.º 46 (Alagoas, 2021), ao todo, oito eixos. Os dois primeiros

eixos focam a formação docente. Este destaque objetiva oferecer formação para os profissionais de educação que participarem do referido programa, quer dizer, tanto para os professores alfabetizadores ou da educação infantil, quanto para os gestores escolares, objetivando a qualificação desses profissionais para intervir e garantir o processo de alfabetização.

Os eixos 3 e 4, presentes na portaria oficial, voltam-se para o material didático complementar distribuído. Esses materiais complementares são disponibilizados para as turmas de 1.º e 2.º anos do ensino fundamental e para os docentes os utilizarem durante as formações e em suas práticas pedagógicas. Os materiais didáticos se dividem em duas etapas: “[...] elaboração/adaptação de materiais didáticos [...] [e] pedagógicos complementares e sistematização de metodologias e boas práticas de alfabetização” (Alagoas, 2021).

O eixo 5 da ação oficial refere-se à avaliação e ao monitoramento, os quais indicam a presença de uma avaliação dos resultados educacionais. De acordo com a apresentação do programa, as avaliações serão realizadas de quatro maneiras: 1) avaliação de fluência leitora; 2) avaliação pelo SAVEAL do 2.º ano do ensino fundamental; 3) diagnóstico do contexto educacional dos municípios; e 4) acompanhamento e monitoramento do programa em todas as instâncias (Alagoas, 2021).

A avaliação torna-se um processo fundamental a se considerar durante a prática docente, visto que é por meio desse processo que muitos professores compreendem o que os alunos já sabem e o que ainda precisam dominar, sendo um imprescindível instrumento para o planejamento pedagógico, que contribui para o ensino e a aprendizagem. Dessa maneira, entende-se que não se deve pensar no processo de avaliação como um processo somente quantitativo, que visa apenas quantificar, por meio de provas ou testes, o nível das crianças, mas que busque trazer também diagnósticos de forma qualitativa, compreendendo se a aprendizagem está ocorrendo de maneira significativa, a partir do contexto.

Nos eixos sete e oito, percebe-se, por sua vez, que o programa propõe premiação como forma de incentivo para escolas que estão participando do Criança Alfabetizada. Dessa maneira, entende-se que, a partir do que foi exposto na portaria, o programa Escola 10 - Criança Alfabetizada visa realizar tanto a “[...] premiação das escolas com maiores resultados” (Alagoas, 2021), como exposto no sexto eixo, quanto a implementação de “[...] apoio à melhoria das escolas com menores resultados” (Alagoas, 2021), como informado no sétimo eixo.

A partir do oitavo eixo, compreende-se como o fortalecimento da Gestão Municipal e Escola é apresentado na portaria oficial. Para a garantia do objetivo da ação Criança Alfabetizada, é proposto o fortalecimento da gestão escolar de forma a contribuir com a melhora do processo de alfabetização.

## 4.2 Alfabetiza Maceió

O segundo quadro apresenta os documentos oficiais da primeira ação analisada, ou seja, o programa Alfabetiza Maceió. No quadro, indica-se a legislação, o objetivo e os eixos de duas portarias disponibilizadas, sendo elas: a portaria de criação e de estruturação do programa.

Quadro 2 – Alfabetiza Maceió

<b>Ação política</b>	<b>Legislação</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Eixos</b>
Alfabetiza Maceió	Portaria n.º 0263 (Maceió, 2021a)	Melhorar a qualidade de alfabetização das crianças do 1.º ao 5.º ano em todas as escolas de ensino fundamental da rede pública municipal de ensino de Maceió.	
Alfabetiza Maceió	Portaria n.º 0119 (Maceió, 2022a)	Assegurar a formação continuada de gestoras/es escolares, coordenadoras/es pedagógicas/os e docentes que atuam na Educação Infantil, na implementação de seu Currículo e, nos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental, nas modalidades da Educação Especial e Educação de Jovens, Adultos e Idosos, com vistas a fortalecer a inclusão, as práticas de alfabetização e letramento na Rede Municipal de Ensino de Maceió.	Eixos formativos estruturantes: 1) Docência, currículo e processos pedagógicos; 2) Tecnologias digitais e metodologias ativas; 3) Alfabetização e letramento - língua portuguesa e matemática; 4) Gestão, comunicação e processos administrativos.

Fonte: elaborado pelas autoras.

Na sequência, após a criação, em âmbito estadual, do programa Escola 10 - Criança Alfabetizada, aprova-se a Portaria de n.º 0263, instituída no dia 30 de agosto de 2021, que propõe o programa Alfabetiza Maceió. Esta portaria define por objetivo inicialmente “melhorar a qualidade de alfabetização das crianças do 1.º ao 5.º ano em todas as escolas de ensino fundamental da rede pública municipal de ensino de Maceió” (Maceió, 2021). Diferente do programa Escola 10 - Criança Alfabetizada, o Alfabetiza Maceió propôs formações para além do 1.º e 2.º anos, expandindo-as para todas as séries que compõem os anos iniciais do Ensino Fundamental. Este programa embasa-se no

Plano de Educação, especificamente na meta 5, pois esta meta estabelece que “100% das crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do 2.º ano do ensino fundamental”.

Em 2022, após o estabelecimento do documento de criação do Programa Alfabetiza Maceió, a Portaria de n.º 0119, instituída no dia 10 de março de 2022, disponibiliza informações acerca de como o programa Alfabetiza Maceió está estruturado e seu modo de organização. Tendo como base esta portaria, o programa apresenta um foco maior nos diversos modos de formação, sendo estes: formação de entrada; formação continuada e permanente; formação integrativa e formação complementar (Maceió, 2022a).

Compreendendo a necessidade da formação continuada para uma prática pedagógica que vise recompor as aprendizagens que não foram garantidas durante o ERE, torna-se fundamental pensar em ações políticas que possam oferecer momentos de diálogos e aprendizagens, objetivando propor suporte e apoio aos professores em sua prática docente durante o retorno presencial.

No que toca aos eixos formativos aprofundados nas formações do programa, citam-se 4 (quatro), sendo eles: docência, currículo e processos pedagógicos; tecnologias digitais e metodologias ativas; alfabetização e letramento - língua portuguesa e matemática; e, por fim, gestão comunicação e processos administrativos.

Em relação à oferta das formações, a Portaria n.º 0119/2022 (Maceió, 2022a) instituiu, em 10 de março de 2022, que os encontros formativos do referido programa seriam conduzidos por

[...] formadores selecionados pelo Centro Municipal de Formação por Edital n.º. 003/2021, profissionais habilitados da sede, indicados pelas respectivas coordenadorias de ensino das etapas e modalidades da Diretoria de Gestão Educacional-DGE/SEMED e os formadores da Lyceum Consultoria Educacional [...] (Maceió, 2022a, p. 1).

A citada Lyceum Consultoria Educacional é voltada para a formação de professores, elaboração de material didático e avaliação diagnóstica/processual, o que permite acompanhar a implementação de suas ações nos municípios em que atua.

A respeito da política apresentada nos documentos, ou seja, a “política de fato” (Mainardes, 2006), esta prevê uma parceria conjunta entre Secretaria Municipal de Educação (SEMED) e Lyceum, o que já seria uma prática questionável, pelo fato de a SEMED possuir profissionais capacitados para a elaboração de um plano formativo. Na “política em uso” (Mainardes, 2006), a política na prática, a consultoria assumiu a liderança das ações

formativas, do fornecimento de materiais didáticos e da elaboração de avaliações para as escolas da Rede Municipal de Educação de Maceió, com o Programa Educar para Valer, em parceria com a Fundação Lemann e elaborado pela Associação Bem Comum.

Destaca-se, no programa Alfabetiza Maceió, a presença da parceria público-privada, prática que está cada vez mais presente na educação pública do Brasil. Algo que evidencia as intenções políticas para a educação, pautadas em atender aos interesses do capital.

### 4.3 Conquista Maceió

O Quadro 3 apresenta a caracterização do projeto Conquista Maceió, a partir dos decretos n.º 0296 (Maceió, 2021a) e n.º 0208 (Maceió, 2022b).

Quadro 3 – Conquista Maceió

Ação política	Objetivo	Eixos
Conquista Maceió Decreto n.º 0296 (Maceió, 2021a)	Ofertar, no contraturno escolar, aulas com metodologias e estratégias que visem à melhoria e à recuperação das aprendizagens dos estudantes do 2.º, 5.º e 9.º ano do Ensino Fundamental que serão submetidos ao Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).	I - oferta de aulas, no contraturno escolar, por meio de oficinas, para complementação de estudos e recuperação das aprendizagens em Língua Portuguesa e Matemática; II - oferta de aulas de Língua Portuguesa e Matemática para as turmas do 9.º ano com base nos descritores do SAEB; III - aplicação de simulados para as turmas dos 2.º, 5.º e 9.º anos do Ensino Fundamental para testagem da prova SAEB; IV - realização de oficinas para planejamento e acompanhamento dos resultados das turmas participantes do Projeto Conquista Maceió junto à equipe pedagógica e professores.
Conquista Maceió Decreto n.º 0208 (Maceió, 2022b)	Ofertar, no contraturno escolar, aulas com metodologias e estratégias que visem à melhoria e à recuperação das aprendizagens dos estudantes do 2.º ao 9.º ano do Ensino Fundamental.	I - oferta de aulas, no contraturno escolar, por meio de oficinas, para complementação de estudos e recuperação das aprendizagens em Língua Portuguesa e Matemática; II - oferta de aulas de Língua Portuguesa e Matemática para as turmas dos anos finais do Ensino Fundamental; III - aplicação de simulados para as turmas dos 2.º, 5.º e 9.º anos do Ensino Fundamental para testagem para a prova SAEB; IV - realização de oficinas para planejamento e acompanhamento dos resultados das turmas participantes do Projeto Conquista Maceió junto à equipe pedagógica e professores.

Fonte: elaborado pelas autoras.

Outra ação que surge visando contribuir para a recomposição de aprendizagem no pós-pandemia refere-se ao programa Conquista Maceió (Maceió, 2021b) instituído por meio da Portaria de n.º 0296, no dia 8 de outubro de 2021. Este programa possui como objetivo:

[...] ofertar, no contraturno escolar, aulas com metodologias e estratégias que visem a melhoria e recuperação das aprendizagens dos estudantes do 2º, 5º e 9º ano do Ensino Fundamental que serão submetidos ao Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb (Maceió, 2021b, p. 1).

O SAEB refere-se a “[...] uma pesquisa realizada periodicamente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira - Inep, que permita a avaliação da qualidade da educação ofertada no país [...]” (Brasil, 2021). Esse sistema possibilita o monitoramento da qualidade da educação a partir da aplicação de testes nas escolas da rede pública, permitindo, dessa maneira, a utilização dos resultados no aprimoramento das políticas públicas.

O Projeto Conquista Maceió é estruturado em quatro eixos: I - oferta de aulas no contraturno, por meio de oficinas, para complementação de estudo e recuperação das aprendizagens em língua portuguesa e matemática; II - oferta de aulões de língua portuguesa e matemática para as turmas do 9.º ano com base nos descritores do SAEB; III - aplicação de simulados para as turmas dos 2.º, 5.º e 9.º anos do ensino fundamental para a testagem da prova do SAEB; IV - realização de oficina para planejamento e acompanhamento dos resultados das turmas participantes do projeto Conquista Maceió junto à equipe pedagógica e professores.

Portanto, esse projeto visa promover aulas duas vezes por semana no contraturno, aulões no contraturno, com a proposta de garantir uma revisão para as instituições escolares que irão participar do SAEB. Essa proposta está voltada às turmas que serão avaliadas no SAEB; portanto, não é uma ação exclusiva aos primeiros anos, expandindo até os anos finais do ensino fundamental. Além disso, referente ao eixo 4, não fica esclarecido como essas ações serão implementadas, sendo responsabilidade da SEMED apenas o apoio logístico, através de orientação técnica, contratação de pessoal, transporte e alimentação.

Segundo o caderno de orientação para o retorno presencial em Maceió, esta ação constitui um apoio pedagógico; em outras palavras, “[...] é um suporte pedagógico que tem como objetivo promover ações para assegurar o direito de aprender a todos/as os/as estudantes” (Maceió, 2022e, p. 26). Este suporte volta-se para as matérias de língua portuguesa e matemática.

Ainda segundo a Portaria n.º 0296/2021 (Maceió, 2021b), a operacionalização implica que a SEMED não se responsabiliza em garantir espaços adequados, deixando tal decisão sob a responsabilidade da escola, desconsiderando assim que algumas unidades escolares não possuem essa disponibilidade.

Em 10 de fevereiro de 2023, a Portaria n.º 046/2023 instituiu uma comissão de monitoramento da parceria SEMED e Instituto Alicerce, que se apresenta como “[...] uma organização sem fins lucrativos que trabalha no contraturno escolar com foco na recuperação de defasagens escolares das redes públicas de ensino de todo o país” (Instituto Alicerce, 2023). A parceria tem o objetivo de promover reforço escolar no contraturno, “[...] visando à recomposição das aprendizagens” (Maceió, 2023).

Nesse contexto, o referido instituto passou a desenvolver as ações pedagógicas do projeto Conquista Maceió, a partir da contratação dos profissionais para atuação nas oficinas, denominados pelo instituto como “líderes”, que, segundo o processo de seleção, não necessitam de formação específica na área da educação, apenas estar estudando uma graduação ou ser graduado em qualquer área profissional.

Destaca-se, novamente, a presença de mais uma parceria público-privada, assim como a contradição entre a “política de fato” e a “política em uso” (Mainardes, 2006). Propõe-se a recomposição de aprendizagens; no entanto, as ações práticas para tal serão conduzidas por profissionais que não necessariamente possuem formação adequada.

#### 4.4 Compromisso Nacional Criança Alfabetizada

O Compromisso Nacional Criança Alfabetizada instaura no Brasil uma outra perspectiva de formação docente. O Quadro 4 apresenta a organização da portaria oficial do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, indicando a legislação, o objetivo e os eixos que compõem o decreto do programa.

Quadro 4 – Compromisso Nacional Criança Alfabetizada

Ação política	Objetivos	Eixos
Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - Decreto n.º 11.556 (2023)	Garantir que 100% das crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do 2.º ano do Ensino Fundamental; além da recomposição das aprendizagens, com foco na alfabetização, de 100% das crianças matriculadas no 3.º, 4.º e 5.º ano, afetadas pela pandemia.	I - governança e gestão; II - formação; III - infraestrutura; IV - avaliação; e V - boas práticas.

Fonte: elaborado pelas autoras.

Em março de 2023, surge, em nível nacional, a pesquisa Alfabetiza Brasil, que teve por objetivo “[...] estabelecer os parâmetros de um estudante alfabetizado, observando as habilidades e competências que uma criança precisa dominar ao final do 2.º ano do ensino

fundamental” (Brasil, 2023). Essa pesquisa contou com a participação de 251 professores alfabetizadores de 206 municípios e um painel de especialistas, que chegaram a um consenso acerca da média que um aluno do 2.º ano deveria pontuar na prova do SAEB, para que possa ser considerado alfabetizado, sendo essa pontuação 743.

A partir da conclusão da primeira etapa, é divulgado, em junho, o lançamento do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, que possui como objetivo a garantia da meta 5 do Plano Nacional de Educação (PNE), isto é, que “100% das crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do ensino fundamental”. É também objetivo do programa “garantir a recomposição das aprendizagens com foco na alfabetização de 100% das crianças matriculadas no 3.º, 4.º e 5.º ano, tendo em vista o impacto da pandemia para esse público”.

A construção do compromisso, de acordo com o arquivo de apresentação do programa, ocorreu de forma compartilhada, por meio do seminário *Alfabetização no Brasil: marcos pedagógicos, avaliação e acompanhamento da aprendizagem*, que se deu em março. Em seguida, houve o lançamento da pesquisa Alfabetiza Brasil, ainda no mês de março. Além disso, realizaram-se encontros com a UNDIME, CONSED e com a Anped para discutir o desenho preliminar do compromisso, durante os meses de março e abril, finalizando com o seminário Alfabetiza Brasil, em maio, que contou com a divulgação dos resultados das pesquisas proposta pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Por meio do arquivo utilizado na apresentação do programa, observa-se que o compromisso se organiza em cinco eixos, sendo eles: gestão e governança; formação; infraestrutura física e pedagógica, reconhecimento e sistema de avaliação. Segundo a apresentação da ação, realizada pelo MEC, cada município terá liberdade para organizar e estruturar seu próprio sistema, tendo como base os eixos citados anteriormente, compreendendo a proposição de um regime de colaboração e engajamento político e uma “intensa colaboração entre estado e município”.

Ainda em 2023, no mês de julho, divulga-se o Decreto de n.º 11.556, que institui oficialmente o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. Segundo o documento, o compromisso apresenta dois objetivos. O primeiro refere-se a “[...] implementar políticas, programas e ações para que as crianças brasileiras estejam alfabetizadas ao final do segundo ano do ensino fundamental” (Brasil, 2023); portanto, o compromisso apresenta a proposta de realizar a implementação de ações, incentivando a elaboração de estratégias para que as



crianças sejam alfabetizadas até o segundo ano, concepção de alfabetização essa apresentada na Base Nacional Comum Curricular (Brasil, 2018). O segundo objetivo busca

[...] promover medidas para a recomposição das aprendizagens, com foco na alfabetização e na ampliação e no aprofundamento das competências em leitura e escrita das crianças matriculadas na rede de ensino até o final dos anos iniciais do ensino fundamental, prioritariamente aquelas que não alcançaram os padrões adequados de alfabetização até o segundo ano do ensino fundamental (Brasil, 2023).

No que se refere aos eixos propostos para a garantia dos objetivos, nota-se a apresentação de cinco, sendo eles: governança e gestão da política de alfabetização; formação de profissionais da educação e melhoria das práticas pedagógicas e de gestão escolar; melhoria e qualificação da infraestrutura física e insumos pedagógicos; sistemas de avaliação; e reconhecimento e compartilhamento de boas práticas.

Segundo o documento *2º Relatório de monitoramento do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada*, observa-se que, referente ao eixo *Formação de profissionais de educação e melhoria das práticas pedagógicas e de gestão escolar*, em Alagoas, dos 102 municípios, 101 afirmaram que houve a realização de formações voltada para a alfabetização, para os professores, gestores e coordenações pedagógicas, assim como para os professores de educação infantil com foco nos eixos de oralidade, leitura e escrita, durante os dois últimos anos.

No que toca ao eixo *Melhorias e qualificação da infraestrutura física e pedagógica*, 59% dos municípios alagoanos dispõem de materiais didáticos complementares para alfabetização das crianças de 1 a 2 anos. No que diz respeito aos materiais de apoio para os professores, 56% dispõem de materiais de apoio para os professores da educação infantil, e 63% para os anos iniciais do ensino fundamental. Ademais, 45% dos municípios apresentam espaços de leitura nas salas, isto é, cantinhos da leitura (Brasil, 2023).

Tratando-se do eixo *Sistemas de avaliação*, 93% indicam que Alagoas possui um sistema estadual de avaliação da alfabetização e um sistema de avaliação periódica de alfabetização para os professores. Acerca do eixo *Reconhecimento e compartilhamento de boas práticas*, 56% dos municípios realizam premiações e incentivos de gestões exitosas no que se refere à garantia do processo pedagógico nas escolas (Brasil, 2023).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo tratou de um recorte da pesquisa *Alfabetização: estudo, pesquisa e análise das ações políticas e das estratégias didáticas para recuperação das Aprendizagens em Alagoas* (Santos, 2022), o qual objetivou investigar as intervenções políticas para recuperação do fracasso das crianças do ciclo de alfabetização em Alagoas, como consequência da paralisação das atividades escolares presenciais e adoção do modelo de Ensino Remoto Emergencial.

Dessa forma, buscou-se apresentar as ações políticas para a alfabetização fomentadas no estado de Alagoas mediante os impactos do ERE no processo de aquisição da língua escrita durante a pandemia da covid-19. Nesse contexto, como mencionado anteriormente, por meio de uma pesquisa documental, analisaram-se quatro ações políticas, sendo elas: Escola 10 - Criança Alfabetizada (Alagoas, 2020); Alfabetiza Maceió (Maceió, 2021); Conquista Maceió (Maceió, 2022) e Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (Brasil, 2023), considerando os objetivos e os eixos apresentados.

A investigação aponta que as ações políticas implementadas no estado de Alagoas se voltaram para a formação dos profissionais de educação, isto é, para os professores, gestores e coordenadores pedagógicos, tendo como foco a garantia da alfabetização no pós-pandemia, como no caso das ações Escola 10 - Criança Alfabetizada e Alfabetiza Maceió.

Sobre o programa Alfabetiza Maceió, as ações são lideradas por uma consultoria parceira da Fundação Lemann; o Conquista Maceió, conduzido pelo Instituto Alicerce; o Escola 10 - Criança Alfabetizada, com formações realizadas por “consultoria especializada” e premiação por resultados; e o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, que, embora não conste nos documentos oficiais, possui participação ativa no Programa Educar pra Valer e no material didático que está sendo produzido pela Nova Escola.

Em últimas palavras, os discursos dos documentos legais das ações políticas supracitadas indicam que as ideologias e o contexto de influência das políticas educacionais atuais são moldados a partir do modelo de sociedade que se pretende construir e/ou perpetuar, a partir de uma lógica capitalista, em que o privado se sobrepõe ao poder público, distanciando-se do compromisso político de garantir um processo de alfabetização que garanta o direito à leitura e à escrita para todos.

## REFERÊNCIAS

ALAGOAS. **Projeto de Lei n.º 46/2021**. Programa Escola 10 – Criança Alfabetizada. Maceió, 2021.

BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BASSO, Flávia Viana; RODRIGUES, Clarissa Guimarães. Avaliação da alfabetização: contribuição para o novo plano nacional de educação. **Caderno de estudos e pesquisas em políticas educacionais**. Brasília, DF, v. 8, 2023. Disponível em: <http://cadernosdeestudos.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/article/view/5766/4304>. Acesso em: 29 jan. 2023.

BRASIL. Decreto nº 11.556, de 12 de junho de 2023. Institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2023/decreto/D11556.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11556.htm). Acesso em: 29 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. CNE/CP nº 5/2020. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2020. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category\\_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=145011-pcp005-20&category_slug=marco-2020-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 29 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. Resolução CNE/CP nº 2 de agosto de 2021. Institui Diretrizes Nacionais orientadoras para a implementação de medidas no retorno à presencialidade das atividades de ensino e aprendizagem e para a regularização do calendário escolar. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ensinoremoto/wp-content/uploads/2021/08/RESOLUCAO-CNE-No-2-DE-5-DE-AGOSTO-DE-2021.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Institutos Nacionais de Estudo e Pesquisa Educacionais. Compromisso Nacional Criança Alfabetização 2023: breve panorama da educação em Alagoas. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2023. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1xIEciKle0WDe4P9ZAVtLj00tjj8HybEc/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1xIEciKle0WDe4P9ZAVtLj00tjj8HybEc/view?usp=drive_link). Acesso em: 29 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **2º Relatório de monitoramento do compromisso nacional criança alfabetizada**: diagnóstico sobre políticas e ações voltadas à alfabetização no âmbito dos entes federados – 2023. Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/crianca-alfabetizada/monitoramento-e-avaliacao/relatorio-no-2-ago-2023-diagnostico-sobre-politicas-e-acoes-voltadas-a-alfabetizacao-no-ambito-dos-entes-federados-2013-2023.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Relatório de resultados do SAEB 2021. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2023. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_basica/saeb/2021/resultados/relatorio\\_de\\_resultados\\_do\\_saeb\\_2021\\_volume\\_2.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2021/resultados/relatorio_de_resultados_do_saeb_2021_volume_2.pdf). Acesso em: 29 jan. 2023.

COLELLO, S. M. G. **Alfabetização: o quê, por quê e como**. São Paulo: Summus Editorial, 2021.

DOS SANTOS, Adriana Cavalcanti; ALVES, Loyse da Silva Alves; GALVÃO, Érica Raiane de Santana. Alfabetização e ensino remoto emergencial: evidências da sala de aula WhatsApp. **Revista Brasileira de Alfabetização**, [S. l.], n. 19, p. 1-12, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.47249/rba2023680>. Acesso em: 29 jan. 2023.

DUARTE, Rodrigo Gonçalves *et al.* Políticas educacionais no retorno das atividades presenciais na pandemia: o caso do programa de recomposição de aprendizagens. **Conjecturas**, [S. l.], v. 22, n. 12, 2022. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.53660/CONJ-1538-BA04>. Acesso em: 29 jan. 2023.

GALVÃO, Érica Raiane de Santana. **Política Nacional de Alfabetização: conformidades e insurgências entre vozes discursivas**. 2023. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/jspui/handle/123456789/10957>. Acesso em: 29 jan. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

MACEIÓ. Portaria nº 0208/2022. Conquista Maceió. Amplia a abrangência do Projeto Conquista Maceió para os estudantes do Ensino Fundamental a partir do 2º ano de escolarização, no âmbito da rede municipal de ensino de Maceió, e dá outras providências. **Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió**, Maceió, 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1MKYfgcoUczn5pXTmSUUC8FOXgYYEZ5cQ/view?usp=sharing>. Acesso em: 29 jan. 2023.

MACEIÓ. Portaria nº 0263/2021. Programa Alfabetiza Maceió. Cria o Projeto Alfabetiza Maceió, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Maceió e dá outras providências. **Diário Oficial Eletrônico do Município de Maceió**, Maceió, 2021. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1zJndLE6HTGd1hzTdefTS9zVl\\_aV\\_5KR/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1zJndLE6HTGd1hzTdefTS9zVl_aV_5KR/view?usp=sharing). Acesso em: 29 jan. 2023.

MACEIÓ. Portaria nº 0296 de 8 de outubro de 2021. Cria o Projeto Conquista Maceió, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Maceió e dá outras providências. **Diário Oficial do Município**, Maceió, 2021. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1sX7O5NuMoolbV-ou35iV2v-\\_0dyif0xW/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1sX7O5NuMoolbV-ou35iV2v-_0dyif0xW/view?usp=sharing). Acesso em: 29 jan. 2023.

MACEIÓ. Prefeitura Municipal de Maceió. Portaria nº 0119 de 10 de março de 2022. Estabelecer a organização e a oferta da formação continuada das/os profissionais da educação da rede pública municipal de ensino de Maceió, que atuam nos eixos pedagógicos e administrativos e dá outra providência. **Diário Oficial do Município**, Maceió, 2022. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Vs6yxMYACXzRFVvjXJGmcvflqB9kyYv/view?usp=sharing>. Acesso em: 29 jan. 2023.

MACEIÓ. Secretaria de Educação (SEMED). Caderno de orientações para o ano letivo de 2022. **Diário Oficial do Município**, Maceió, 2023. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1CPtg5gKinVsbiopIFk\\_2bG\\_1hDKIRHx0/view?usp=drive\\_link](https://drive.google.com/file/d/1CPtg5gKinVsbiopIFk_2bG_1hDKIRHx0/view?usp=drive_link). Acesso em: 29 jan. 2023.

MAINARDES, J. Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan./abr. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/NGFTXWNtTvxytCQHCJFyhsJ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 jan. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

MORTATTI, Maria do Rosario. **Métodos de alfabetização no Brasil: uma história concisa**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2019. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/fqrmr/pdf/mortatti-9788595463394.pdf>. Acesso em: 25 out. 2023.

SANTOS, Jânio Nunes dos. **O trabalho com gêneros textuais na feitura de si e do outro: memórias de professores alfabetizadores egressos do PNAIC**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2019. Disponível em: <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/12533>. Acesso em: 29 jan. 2023.

SILVA, Allan Gustavo Freire da; ARAÚJO E MOTA, Leonardo de; DORNELAS, Carina Seixas Maia; LACERDA Alecksandra Vieira de. A relação entre Estado e políticas públicas: uma análise teórica sobre o caso brasileiro. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 25-42, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/19825269.72132>. Acesso em: 29 jan. 2023.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2003.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento: alfalettar: toda criança pode aprender a ler e a escrever**. São Paulo: Contexto, 2020.

Recebido em: 12 fev. 2024.

Aceito em: 6 maio 2025.